

MODERNIDADE DENTRO DA TRADIÇÃO: EXISTE NEPOTISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO?

Tiago Valenciano¹

Resumo: O objetivo do trabalho é o de investigar as relações de poder e as famílias que atuam no cenário político do Estado de São Paulo. Buscamos a resposta para a questão: a perpetuação de famílias no poder é algo que se relacionada com o Estado de São Paulo, marcado pela vanguarda social e econômica nacional? Pretende-se problematiza se há algum espaço determinado para que a relação familismo e política se mantenha na política em São Paulo, constituindo a cartografia da relação nepotismo/poder. Para tal, pretendemos apresentar e contextualizar os dados referentes às famílias paulistas que integram a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo da 12ª Legislatura (1991-1995), a fim de esmiuçar o “quem é quem” na política paulista. Metodologicamente, para além do uso do conceito de trajetória, utilizaremos a prosopografia e estudos correlatos, para delinear o que denominamos de perfil sóciopolítico destes integrantes. O trabalho tende a apontar quais são as famílias de cada região/município, quem são os integrantes destas no poder e as disputas regionais/locais, no sentido de expor a prática política do familismo relacionado a poder. Por fim, analisaremos os dados, dialogando com a literatura acerca do tema, a fim de que um minucioso estudo das relações de parentesco no cenário político de São Paulo seja efetuado.

Palavras-chave: Prosopografia; Nepotismo; São Paulo.

MODERNITY WITHIN TRADITION: IS THERE NEPOTISM IN THE STATE OF SÃO PAULO?

Abstract: The objective of this work is to investigate the power relations and the families that act in the political scene of the State of São Paulo. We seek the answer to the question: is the perpetuation of families in power something that is related to the State of São Paulo, marked by the national social and economic vanguard? It is intended to problematize whether there is any specific space for the familism and politics relationship to remain in politics in São Paulo, constituting the cartography of the nepotism/power relationship. To this end, we intend to present and contextualize the data referring to the São Paulo families that are part of the Legislative Assembly of the State of São Paulo of the 12th Legislature (1991-1995), in order to analyze the “who is who” in São Paulo politics. Methodologically, in addition to using the concept of trajectory, we will use prosopography and related studies to outline what we call the sociopolitical profile of these members. The work tends to point out which are the families of each region/municipality, who are the members of these in power and the regional/local disputes, in the sense of exposing the political practice of familism related to power. Finally, we will analyze the data, dialoguing with the literature on the subject, so that a thorough study of kinship relations in the political scenario of São Paulo can be carried out.

Keywords: Prosopography; Nepotism; São Paulo.

¹ Doutor em Sociologia pela UFPR, docente da UniCesumar Maringá (PR). E-mail: tiagovalenciano@gmail.com

Introdução

“São Paulo: a locomotiva do Brasil”. A expressão utilizada para descrever o pioneirismo paulista associa-se diretamente aos trens de ferro, herança do período em que o Estado se aventurava na ligação da capital aos municípios do interior. A São Paulo Railway, companhia que implantou a ferrovia ligando o primeiro planalto paulista (Jundiaí) ao porto de Santos destaca este momento em que levar a urbanização, a modernidade e os ares vindos da Revolução Industrial ao interior era necessário.

Mota (2003) argumenta que:

O fenômeno das estradas de ferro foi sem dúvida o mais importante, do ponto de vista da irradiação de um certo padrão de vida urbana, de capitalização e de articulação do resto da Província com São Paulo e com os principais centros mundiais. Dele participaram capitais internacionais, mão-de-obra nacional e de imigrantes, além de iniciativas das lideranças locais. A Companhia Paulista (empresa brasileira particular), ligando a São Paulo as cidades de Jundiaí, Campinas, Limeira, Rio Claro e Descalvado; a Companhia Ituana, chegando a Piracicaba; a Sorocabana, em direção a Sorocaba, Ipanema e Tietê; a Mojiana, abrangendo de Campinas a Moji-Mirim, Amparo, Casa Branca, Ribeirão Preto e Poços de Caldas (incorporando o Sul de Minas à esfera econômica de São Paulo) demarcariam o novo sistema econômico-social com fortes implicações políticas regionais e nacionais. Dentre as companhias, destaque-se a mais empreendedora e moderna, a Cia. Paulista, que estimulou ainda a navegação a vapor, a navegação fluvial em geral, instalou os primeiros frigoríficos, implementou plantações experimentais, oferecendo empréstimos a juros baixos e material rodante barato às estradas tributárias das estradas de ferro. Inesquecíveis seus funcionários negros dos trens de primeira classe, gentis personagens saídos das páginas de Mark Twain... (MOTA, 2003, p. 254)

Ou seja, o Estado de São Paulo reunia desde o Bandeirantismo – sertanistas do Século XVI que desbravaram o interior, até ao pioneirismo em busca da modernidade, da novidade, do que mais avançado havia, tanto para acúmulo de capital e propriedades rurais, quanto para dilatar o poderio de um local que se apresenta como inovador, arrojado e palco de grandes decisões políticas do país.

Esse movimento, que ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, desempenhou um papel crucial na expansão territorial, na busca por riquezas e no estabelecimento de vilas e cidades no interior paulista. Os bandeirantes eram expedicionários, aventureiros e desbravadores que se aventuravam pelos sertões em busca de ouro, pedras preciosas, escravos indígenas e terras férteis. Eles se organizavam em bandeiras, que eram expedições lideradas por um bandeirante experiente e compostas por índios aliados, mamelucos (filhos de índios e europeus) e escravos.

A origem dos bandeirantes remonta ao período da colonização portuguesa no Brasil. Inicialmente, eles atuaram na captura de indígenas para o trabalho escravo nas plantações de açúcar do Nordeste. No entanto, com a decadência dessa atividade e a descoberta de riquezas minerais no interior, o foco dos bandeirantes mudou para a busca por metais preciosos e para a expansão do território colonial.

O movimento bandeirante teve um impacto significativo no desenvolvimento do estado de São Paulo. A busca por riquezas minerais contribuiu para o povoamento do interior e para o surgimento de diversas cidades. Além disso, a exploração dos recursos naturais promoveu a expansão econômica da região, impulsionando atividades como a agricultura, pecuária e comércio.

Este contexto nos induz a imaginar que, por consequência, as práticas políticas em território paulista são, em via de regra, de vanguarda. O próprio lema do brasão reflete a colaboração de São Paulo para todo o país: “Pelo Brasil faça-se o melhor”. Quer dizer, se em solo paulista muito do que há de melhor ocorre, por quê a política seria um ambiente diferente?

Deduzimos, portanto, que a política ocorre de forma exemplar para o Brasil, imbuída de condutas impessoais no trato da coisa pública: não há espaço para as práticas clientelistas, para o coronelismo, para o patrimonialismo, para o nepotismo: em São Paulo tudo ocorre na mais perfeita ordem institucional republicana, em que os interesses gerais dos cidadãos são atendidos igualmente, lançando oportunidades a todos que desejam participar da política e melhorar os rumos de um Estado de vanguarda nacional.

Considerando este panorama dianteiro paulista, propomos uma investigação acerca do perfil dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo da 12^a. Legislatura (1991-1995), questionando: a perpetuação de famílias no poder no parlamento paulista é algo que se relaciona com o Estado de São Paulo, marcado por esta “tradição” de vanguarda social e econômica nacional? Esta proposta abrange nosso trabalho de pós-doutorado e, neste artigo, especialmente, dedicamo-nos às considerações iniciais da pesquisa, sobretudo acerca da 12^a. Legislatura.

Metodologia apresentada

Diante da proposta da pesquisa – um perfil prosopográfico dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) da 12^a. Legislatura relativamente às

famílias que ocupam o poder na política paulista, dois escopos teóricos serão abordados: a prosopografia, referencial teórico que nos auxiliará para a constituição e estudo do grupo enquanto elite; e a revisão da literatura sobre o nepotismo, fundadas em virtude da produção bibliográfica sumária do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP).

A partir das biografias analisadas de maneira coletiva por intermédio da prosopografia (STONE, 2011; MONTAGNER, 2007), poderemos delimitar o “quem é quem” da política familiar no Estado de São Paulo. O conceito de prosopografia é amplamente debatido nas pesquisas que envolvem a história e as ciências sociais. Para os historiadores modernos, ela é vista como o estudo das biografias coletivas; para os sociólogos, o conceito assume a análise de carreiras; e para os historiadores propriamente ditos, ela é vista como prosopografia. Independentemente da nomenclatura adotada, o método auxilia na compreensão de um grupo social delimitado. Os recentes trabalhos sobre o tema versam a necessidade de aproximação das áreas citadas, destacando que a prosopografia tem sido utilizada como método mais nas ciências sociais do que na história. Dentre os estudiosos do assunto, destacamos Stone, definindo-a como a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115).

Assim, a prosopografia estabelece diversas variáveis para análise biográfica coletiva, tais como as relações familiares, origens sociais, estratos econômicos, carreira profissional, trajetória educacional, ocupação, questões religiosas, cargos políticos, entre outros. Aquém das variáveis já delimitadas, o pesquisador pode incluir novas ferramentas, com a finalidade de adequar o objeto de pesquisa ao método. Estas informações disponíveis – quando combinadas entre si – podem oferecer perspectivas de um padrão de posicionamento e percurso individual/social, possibilitando, desta forma, que a prosopografia seja empregada.

Stone declara que o uso da prosopografia é uma importante ferramenta, pois:

Refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas) dos novatos (recruits) de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família. (STONE, 2011, p. 116)

Logo, a prosopografia analisa as mudanças sociais de grupos específicos – como em nosso caso, os integrantes do parlamento paulista, além de combinar as variáveis disponíveis para facilitar a compreensão de perguntas como “quais as suas origens”, “o que fazem” e “quais são os atributos pessoais e sociais”. A partir destas indagações, o método mantém em coesão as informações levantadas e, quando ponderadas, estas podem oferecer novos horizontes no universo de pesquisa.

Quanto ao nepotismo, utilizaremos as pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) acerca da denominada “teoria do nepotismo” que, de tal forma, demonstram que o fenômeno do nepotismo na política brasileira ainda é algo permanente (OLIVEIRA, 2001; 2012; 2015; 2018; MONTEIRO, 2016; VALENCIANO, 2015, 2017). O argumento é o de que as famílias ainda importam para a análise das relações de poder para a sociologia política brasileira.

O nepotismo é um fenômeno presente em diferentes contextos políticos ao redor do mundo e desperta grande interesse no campo da sociologia política. Estudar e compreender o nepotismo é de extrema importância, pois permite uma análise crítica das práticas políticas e uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e institucionais que influenciam as decisões políticas e a distribuição de poder.

Ao estudar o nepotismo, a sociologia política busca compreender os mecanismos pelos quais essas práticas são reproduzidas e legitimadas. Um dos aspectos centrais é o papel das redes sociais e dos laços de parentesco na política. Através de conexões familiares, políticos podem consolidar seu poder, fortalecer alianças e perpetuar suas posições de influência. Essas redes familiares podem se estender a várias esferas do poder, como o executivo, o legislativo e o judiciário, e afetar a tomada de decisões em diversas áreas da administração pública.

Desta forma, o estudo do nepotismo também permite analisar os impactos dessa prática nas instituições democráticas e no processo de representação política. Quando cargos públicos são ocupados por parentes ou amigos próximos, a diversidade de ideias e perspectivas é comprometida, afetando a qualidade das políticas públicas e minando a legitimidade do sistema. A sociedade civil pode se sentir excluída e desencorajada a participar ativamente da política, resultando em um enfraquecimento da democracia.

Além disso, o nepotismo cria um ambiente propício para o clientelismo. Quando os laços familiares são privilegiados em detrimento do mérito e da competência, abre-se espaço para práticas que não colaboram para a melhoria do processo democrático brasileiro. Essas

práticas corroem a confiança da população nas instituições políticas e alimentam um ciclo vicioso de perpetuação das famílias no poder.

Mas, o que é esta organização familiar? é possível falarmos sobre uma sociologia do nepotismo? Afinal, as famílias ainda importam na discussão acerca do poder? Para responder estas questões, que são guias de pesquisa para a agenda do nepotismo, recorreremos aos trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2001; 2012; 2015) e congêneres elaborados por autores do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de outros teóricos que analisam estes episódios.

Em “Na teia do nepotismo - sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil” de Ricardo Costa de Oliveira (2012), há a defesa do argumento central para a perpetuação de estudos na área:

A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formaram parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

Ou seja, as famílias ainda continuam se perpetuando no poder no Brasil, em suas mais variadas e diversas formas. Está enganado quem imagina que a categoria “família” é algo em desuso na pesquisa sociológica: as famílias estão controlando, como sempre controlaram, segundo a defesa de Oliveira (2012) as “altas rodas” (MILLS, 1968) do poder. Se inventam e reinventam dentro de suas próprias estruturas, sendo a hereditariedade o modelo apropriado para a sua continuidade.

Ao analisar o nepotismo, a sociologia política também destaca a importância de estratégias de combate e prevenção a essa prática. É fundamental fortalecer a transparência e a accountability nas instituições, promover a participação cidadã e criar mecanismos eficazes de controle e fiscalização. Através do estudo do nepotismo, é possível identificar boas práticas e exemplos de países que conseguiram enfrentar essa problemática de maneira eficiente, buscando garantir uma administração pública mais justa e equitativa.

Delineamento da pesquisa

Este trabalho justifica-se, sobretudo, por tratar de uma temática ainda não explorada acerca das questões relacionadas às famílias no poder: o Estado de São Paulo. Desde 1994, o Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) expandiu os horizontes de pesquisa para além fronteiras regionais, abordando temáticas de outras localidades, conectando pesquisadores e elencando, no cenário da sociologia política brasileira, achados de pesquisas que versam sobre diversos horizontes.

Diante destas preocupações, pretendemos investigar o “quem é quem” da política paulista, conectando famílias, relações de poder e constituindo uma rede de informações, dados e conhecimento acerca do capital político em São Paulo, percorrendo trechos não somente do centro do poder, mas compreendendo como estas relações estão arraigadas no interior do Estado.

Inovamos, ainda, pelo fato de que a contribuição acerca das famílias paulistas pode nos auxiliar na compreensão e corroboração do cerne do nepotismo: “só entenderemos a estrutura social brasileira se a compreendermos como uma estrutura genealógica” (OLIVEIRA, 2018, p. 31). Quer dizer: se entendermos a estrutura social nacional sem a categoria família – e esta ligada diretamente ao poder político, econômico e agrário, não podemos analisar com precisão as raízes que fincam o perfil sociológico brasileiro.

Por fim, enfatizamos a pertinência deste artigo por abordar um tema relevante, o que trará uma contribuição acadêmica para analisar a classe dominante paulista contemporânea, trazendo à baila um ponto de tensão ora esquecido pela sociologia política paulista: as famílias que estruturam as relações de poder na famosa “locomotiva do Brasil”.

Resultados preliminares

Iniciamos recentemente o levantamento e a coleta de dados relacionados à pesquisa e, neste sentido, nosso trabalho pretende levantar todos os parlamentares da Assembleia Legislativa de São Paulo da 12ª. Legislatura (1991-1995). Nosso intento, na primeira legislatura analisada, é demonstrar o quem é quem do parlamento de São Paulo, principalmente por se tratar dos eleitos no período pós-constituente de 1988. Assim, apresentamos neste trabalho os

resultados preliminares referentes a décima segunda legislatura, considerando o pleito de 1990 com os seguintes Deputados Estaduais eleitos:

Tabela 1 Deputados Estaduais de São Paulo eleitos em 1990 para a 12ª. Legislatura

DEPUTADO ESTADUAL	VOTAÇÃO	PERCENTUAL	PARTIDO
AFANASIO JAZADJI	153334	0.9	PST
JOAO LEIVA	102908	0.6	PMDB
ROSELI THOMEU	92190	0.54	PMDB
RUBENS FURLAN	87383	0.51	PMDB
OSWALDO BETTIO	65907	0.38	PDC
NEWTON BRANDAO	60418	0.35	PTB
JOSE BERNARDO ORTIZ	58784	0.34	PSDB
MAURO BRAGATO	55647	0.32	PMDB
ANTONIO CARLOS MENDONCA	54414	0.32	PFL
VALDEMAR CORAUCI SOBRINHO	53406	0.31	PFL
HELIO ANSALDO	53270	0.31	PDS
NABI ABI CHEDID	50050	0.29	PFL
ERASMO DIAS	49958	0.29	PDS
ANTONIO SALIM CURIATI	48559	0.28	PDS
JOSE ANTONIO BARROS MUNHOZ	46548	0.27	PTB
OSWALDO JUSTO	46188	0.27	PMDB
GILSON MENEZES	45349	0.26	PSB
OCIMAR DONIZETI LEO OLIVEIRA	45123	0.26	PRN
WALDEMAR MATTOS SILVEIRA	44177	0.26	PFL
CARLOS APOLINARIO	43925	0.26	PMDB
CONTE LOPES	43726	0.26	PDS
GETULIO HANASHIRO	43456	0.25	PSDB
ARTUR ALVES PINTO	43084	0.25	PFL
WANDERLEI DOENHA	41793	0.24	PSDB
ABELARDO CAMARINHA	41220	0.24	PMDB
UEBE REZECK	40802	0.24	PMDB
PEDRO DALLARI	39264	0.23	PT
EDSON ELIAS ALVES DA SILVA	38754	0.23	PDS
ARNALDO JARDIM	37730	0.22	PMDB
ROBERTO PURINI	37589	0.22	PMDB
CLEMENTE MANOEL DE ALMEIDA	36599	0.21	PSDB
EDSON FERRARINI	36517	0.21	PFL
FRANCISCO RIBEIRO NOGUEIRA	35649	0.21	PTB
ROBERTO CARVALHO ENGLER PINTO	35434	0.21	PSDB

ROBERTO GOUVEIA NASCIMENTO	34202	0.2	PT
JOAO DO PULO CARLOS DE OLIVEIRA	33166	0.19	PFL
ROBERTO BERGAMO	32045	0.19	PDS
LUIZ LAURO FERREIRA	32009	0.19	PFL
ANTONIO CARLOS DE CAMPOS MACHADO	31874	0.19	PTB
CELIA CAMARGO LEAO	31852	0.19	PSDB
EDINHO ARAUJO	31073	0.18	PMDB
JUNJI ABE	30844	0.18	PDS
JOEL FREIRE DA COSTA	30609	0.18	PMDB
WALTER JOSE DEMARCHI	30024	0.18	PTB
WADIH HELU	29198	0.17	PDS
VERGILIO DALLA PRIA NETTO	29084	0.17	PMDB
LUIZ CARLOS ALVES NEVES	29057	0.17	PSDB
ADILSON MONTEIRO ALVES	28721	0.17	PMDB
LOBBE NETO	28429	0.17	PMDB
JAYME GIMENEZ	28368	0.17	PMDB
DANIEL MARINS	28260	0.16	PTB
JOSE NELSON AGUIAR FERNANDES	27521	0.16	PL
ISRAEL ZEK CER	27337	0.16	PTB
CELSO ANTONIO GIGLIO	26891	0.16	PTB
RICARDO TRIPOLI	26748	0.16	PSDB
JOSE MARIA DE ARAUJO JUNIOR	26594	0.16	PSDB
ROQUE BARBIERI	26378	0.15	PST
TONICO RAMOS	26284	0.15	PMDB
OSVALDO SBEGHEN	26152	0.15	PTB
SYLVIO MARTINI	24792	0.14	PDS
FRANCISCO MOACIR BEZERRA DE MELO FILHO	24751	0.14	PL
ANTONIO FERNANDO CABRAL SILVEIRA	24614	0.14	PTB
JOAO PAULO CUNHA	24452	0.14	PT
ROSMARY CORREA	24432	0.14	PMDB
NELSON SALOME	24350	0.14	PDS
HATIRO SHIMOMOTO	24023	0.14	PDS
PAULO CESAR MARQUES DE VELASCO	23538	0.14	PRN
VICENTE BOTTA	22973	0.13	PTB
MILTON MONTI	22895	0.13	PMDB
JOAO MARCELO FIOREZZI GONCALVES	21960	0.13	PDT
RUY CARLOS GONZALEZ	21355	0.12	PDT
JULIO MARCONDES DE MOURA	20383	0.12	PDT
ANTONIO PALOCCI FILHO	20290	0.12	PT

IVAN VALENTE	19885	0.12	PT
LUIZ CARLOS PEDRO	19181	0.11	PT
BEATRIZ PARDI	18919	0.11	PT
LUIZ CARLOS DA SILVA	18062	0.11	PT
ANTONIO LUCAS BUZATO	17120	0.1	PT
LUIZ ANTONIO ALVES DE AZEVEDO	16457	0.1	PT
ANTENOR PLACIDO CARVALHO CHICARINO	16304	0.1	PT
JAMIL MURAD	15155	0.09	PC DO B
JOSE ZICO PRADO DE ANDRADE	13941	0.08	PT
ELOI ALFREDO PIETA	13838	0.08	PT
ARLINDO CHIGNALIA JUNIOR	13143	0.08	PT

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)

Diante desta tabela de parlamentares, apresentamos resumidamente o perfil dos Deputados que, de fato, possuíram (ou ainda possuem) parentes na política, bem como as breves ligações biográficas:

Roseli Thomeu (PMDB): eleita para a 12^a. Legislatura, é filha de Paschoal Tomeu, que foi Prefeito de Guarulhos de 1988 a 1992 e Deputado Estadual de 1995 a 2006, elegendo, portanto, a filha enquanto o pai, Paschoal, exercia o mandato de prefeito;

Rubens Furlan (PMDB): Atual prefeito de Barueri (desde 2017), exerceu o mandato de 1983 a 1989, de 1993 a 1997 e de 2005 a 2013, além da vereança de 1977 a 1983. Foi Deputado Federal de 1999 a 2003 e é pai da Deputada Federal Bruna Furlan, que exerce o mandato desde 2011. Este foi o único mandato de Rubens como Deputado Estadual;

José Bernardo Ortiz (PSDB): Deputado Estadual apenas na 12^a. Legislatura, foi prefeito de Taubaté de 1983 a 1988, de 1993 a 1996 e de 2001 a 2004. É pai de Bernardo Ortiz Junior, que também foi prefeito de Taubaté de 2013 a 2016 e de 2017 a 2020;

Nabi Abi Chedid (PFL): Deputado Estadual de 1963 a 2003, com dez mandatos consecutivos, sendo vereador de Bragança Paulista de 1958 a 1963. Dirigente do Clube Atlético Bragantino, presidiu a Federação Paulista de Futebol e é pai de Marquinho Chedid, que foi vereador em Campinas de 1989 a 1995, Deputado Federal de 1995 a 1999 e Edmir Chedid (sobrinho de Nabi), Deputado Estadual desde 1995;

Antonio Salim Curiati (PDS): prefeito de São Paulo de 1982 a 1983, exerceu dez mandatos como Deputado Estadual, encerrando a carreira política em 2019. É pai de Antônio Salim Curiati Junior, vereador paulistano entre 1997 e 2004;

Ocimar Donizeti Leo Oliveira (PRN): Deputado Estadual de 1990 a 1999, foi vereador de Ribeirão Preto de 2009 a 2014 e reassumiu como Deputado Estadual em 2015, além de passar por um curto período pela Câmara dos Deputados em 2015. É pai de Igor Oliveira, vereador desde 2017 em Ribeirão Preto;

Waldemar Mattos Silveira (PFL): Deputado Estadual de 1987 a 1995, foi também prefeito de Limeira de 1977 a 1982. Sua filha, Mara Isa, coordena o PROCON do município desde 2021 e foi vereadora de 2018 a 2020;

Abelardo Camarinha (PMDB): vereador em Marília de 1976 a 1983, prefeito de 1983 a 1988 e de 1997 a 2004, exerceu mandato de Deputado Federal de 2007 a 2015, sendo Deputado Estadual de 1991 a 1995 e de 2015 a 2019. É pai de Vinicius Camarinha, Deputado Estadual de 2003 a 2012 e desde 2019;

Uebe Rezek (PMDB): vice-prefeito de Barretos de 1969 a 1973, prefeito de 1983 a 1987 e de 1997 a 2004, foi Deputado Estadual de 1991 a 1996 e de 2006 a 2010. O irmão Raze Rezek foi vereador de 1969 a 1976;

Pedro Dallari (PT): Deputado Estadual entre 1991 e 1999, é filho do jurista Dalmo de Abreu Dallari, que foi Secretário Municipal da prefeitura de São Paulo de 1990 a 1992;

Roberto Purini (PMDB): vereador de Bauru de 1968 a 1972, Deputado Estadual de 1979 a 1999, é pai de Renato Purini, que foi vereador de 2001 a 2004 e de 2009 a 2013 e vice-prefeito de 2005 a 2008;

Luiz Lauro Ferreira (PFL): Deputado Estadual de 1987 a 1995, foi vereador em Campinas. É pai de Luiz Lauro Ferreira Filho, que foi vereador de Campinas de 2013 a 2015 e Deputado Federal de 2015 a 2020, falecido no decorrer do mandato. É irmão de Jonas Donizette, vereador de Campinas de 1993 a 2003, Deputado Estadual de 2003 a 2011, Deputado Federal de 2011 a 2012 e prefeito de Campinas de 2013 a 2020;

Antonio Carlos de Campos Machado (PTB): Deputado Estadual desde 1987, com oito mandatos consecutivos, é ex-marido de Marlene Campos Machado, suplente de Deputado Federal;

Edinho Araújo (PMDB): prefeito de Santa Fé do Sul de 1977 a 1983, Deputado Estadual de 1983 a 1995, Deputado Federal de 1995 a 2001 e de 2011 a 2017, é o atual prefeito de São José

do Rio Preto desde 2017, exercendo também o cargo de 2001 a 2008. A esposa Maria Elza Mori Coelho Araújo é atual presidente do Fundo Social de Solidariedade de São José do Rio Preto, tendo presidido a instituição também de 2001 a 2008. O filho, Edson Filho, é nomeado na Secretaria de Agricultura de São Paulo e suplente de Deputado Estadual;

Joel Freire da Costa (PMDB): Deputado Estadual durante a 12^a. Legislatura, é irmão de Paulo Roberto Freire da Costa, que exerce mandato como Deputado Federal desde 2011 e de Marta Costa, Deputada Estadual desde 2015, que foi vereadora de São Paulo de 2004 a 2014;

Vergilio Dalla Pria Neto (PMDB): vereador de São José do Rio Preto de 1977 a 1983, foi Deputado Estadual de 1983 a 1999, sendo Presidente do Rio Preto Esporte Clube. Sua esposa, Wayta Dalla Pria foi vereadora de 1993 a 1996 e também presidente do clube;

Luis Carlos Alves Neves (PSDB): Deputado Estadual na 12^a. Legislatura, foi prefeito de Carapicuíba de 1983 a 1989 e pai de Marcos Neves, vereador de 2000 a 2008 e Deputado Estadual de 2010 a 2020, assumindo o mandato como prefeito de Carapicuíba em 2021;

Israel Zecker (PTB): Deputado Estadual de 1987 a 1999, vereador de Santo André de 1983 a 1987 e de 2009 a 2013, a esposa foi vice-prefeita de Santo André de 2009 a 2013 e por quatro oportunidades vereadora;

Ricardo Tripoli (PSDB): Deputado Estadual de 1991 a 2007, foi Deputado Federal de 2007 a 2019 e vereador de São Paulo de 1983 a 1988. O irmão Roberto Tripoli foi Deputado Estadual de 2015 a 2019 e vereador de 1989 a 2015 e desde 2021 está em novo mandato e de Reginaldo Xexéu Tripoli, também vereador desde 2016;

Eloi Pietá (PT): Deputado Estadual de 1991 a 2000, foi vereador de Guarulhos de 1983 a 1990 e prefeito de 2001 a 2008. A esposa Janete Rocha Pietá foi Deputada Federal de 2007 a 2015 e é vereadora desde 2017 em Guarulhos.

Preliminarmente, podemos afirmar que vinte dos então oitenta e quatro Deputados Estaduais tiveram uma conexão entre familiares na política, seja na produção de herdeiros políticos, de cônjuges ou de irmãos, reproduzindo a teoria do nepotismo em uma região ainda não abarcada pelos estudos recentes acerca das famílias, instituições e relações de poder.

Quer dizer, a lógica do Estado de São Paulo, neste levantamento e análise da primeira legislatura do Poder Legislativo pós-constituente de 1988 repete o *modus operandi* de atuação da classe política do Paraná: a manutenção de famílias no escopo do cenário político,

referendadas por pleitos eleitorais e multiplicadas por familiares que ingressam na carreira muito em virtude do prévio sucesso de parentes.

Observa-se, também, que mesmo com o encerramento da trajetória política de alguns familiares eleitos, há a inserção de novos integrantes de cada clã familiar no espaço público – na maioria das vezes, é bom lembrar, aprovados pela população em eleição. Por outro lado, destaca-se que as histórias de nepotismo atravessam décadas: ou seja, encontrar uma carreira política familiar e limitá-la a somente uma legislatura é algo que não pode ser efetuado quando trabalhamos com a teoria do nepotismo, vez que muitos personagens se multiplicam no tempo e no espaço.

Relativamente à modernidade do Estado de São Paulo, há o reconhecimento da economia robusta e diversificada, de uma infraestrutura sólida e um papel central no cenário político e cultural do país. Neste sentido, São Paulo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e no progresso do Brasil como um todo. Logo, ainda que São Paulo se mantenha neste cenário de protagonismo econômico, social e político, há o claro contraste com as práticas de nepotismo e clientelismo político, enraizados na tradição brasileira.

Assim, São Paulo configura-se como um ambiente fértil para os estudos do nepotismo da política brasileira, sobretudo pelo “campo cego” de pesquisas nesta seara. Dentre os Estados brasileiros, São Paulo, como o mais populoso e desenvolvido, também se torna um espaço que os pesquisadores precisam se debruçar para a investigação do nepotismo, prática esta que não livra tampouco os locais considerados mais avançados do Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. São Paulo: Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Disponível em:
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.pdf
f. Acesso em: 10 mar 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: M. A. Ferreira & J. Amado. **Usos e abusos da história oral** - Rio de Janeiro: FGV, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CASTRO, Celso. Sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. In: **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e história política: algumas aproximações. Londrina: **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, p. 529-550.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **A dança das cadeiras**: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Coronelismo e poder local no Paraná (1880-1930)**. Curitiba: Ed. Da Autora, 2018.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, ano 9, p. 204-264, jan/jun, 2007.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, n. 14, p. 11-21, janeiro-junho 2014.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**. São Paulo: LiberArs, 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: exercício de memória. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, maio/ago. 2003.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do Século XXI**. Curitiba: APUFPR-SSind, 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Estado, Classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: Liberars, 2018.

VALENCIANO, Tiago. **Qual carreira? O perfil dos grão-mestres da maçonaria paranaense**. Porto Alegre: V SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2013.

VALENCIANO, Tiago. **O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos Grão-Mestres da maçonaria paranaense**. Tese (doutorado). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2016.

Recebido em: 20/04/2023.

Aceito em: 23/05/2023.